



EDITORA



UnB

AS LICENCIATURAS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Avanços, desafios e perspectivas

Eloisa Pilati
Marcelo Cigales





Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa

EDITORA



UnB

As licenciaturas na Universidade de Brasília

Avanços, desafios e perspectivas

Eloisa Pilati
Marcelo Cigales

(organizadores)



	Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais
Coordenação geral	Thiago Affonso Silva de Almeida
Consultor de produção editorial	Percio Savio Romualdo Da Silva
Coordenação de revisão	Denise Pimenta de Oliveira Talita Guimarães Sales Ribeiro
Coordenação de design	Cláudia Barbosa Dias
Revisão	Julia Neves
Diagramação	Lislayne de Oliveira Gonçalves
Foto de capa	Secom/UnB

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
 Editora Universidade de Brasília
 Centro de Vivência, Bloco A - 2ª etapa, 1º andar
 Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
 CEP: 70910-900
 Site: www.editora.unb.br
 E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

L698 As licenciaturas na Universidade de Brasília
 [recurso eletrônico] : avanços, desafios e
 perspectivas / Eloisa Pilati, Marcelo Cigales
 (organizadores). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília 2024.
 173 p. – (Série Ensino de Graduação).

Formato PDF.
 ISBN 978-65-5846-264-4.

1. Universidade de Brasília. 2. Professores -
 Formação. I. Pilati, Eloisa (org.). II. Cigales,
 Marcelo (org.). III. Série.

CDU 378.22 (817.4)

Comitê científico e avaliador

Antonio Alberto Brunetta

Universidade Federal de Santa Catarina

Cristiano das Neves Bodart

Universidade Federal de Alagoas

Eloisa Pilati

Universidade de Brasília

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva

Universidade de Brasília

Marcelo Cigales

Universidade de Brasília

Márcio José Rosa de Carvalho

Universidade Federal do Norte do Tocantins

Monica Okamoto

Universidade Federal do Paraná

Pedro Erginaldo Gontijo

Universidade de Brasília

Rodrigo Diego de Souza

Universidade Federal de Santa Catarina

Sara Esther Dias Zarucki Tabac

Universidade Federal de Alfenas

Sumário

Prefácio 11

Diêgo Madureira de Oliveira

Apresentação 13

Marcelo Cigales e Eloisa Pilati

Capítulo 1

As licenciaturas da UnB na visão da gestão Dapli/CIL: avanços e desafios 17

Marcelo Cigales e Eloisa Pilati

Capítulo 2

As licenciaturas na UnB: historicidade e a perspectiva da práxis na formação de professores 31

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva e Shirleide Pereira da Silva Cruz

Capítulo 3

O lugar da formação de professores no contexto da pós-verdade 45

Amurabi Oliveira

Capítulo 4

A formação do professor de ciências e biologia na Universidade de Brasília: uma trajetória entre diretrizes, bacharelizações e a constituição da licenciatura 57

Ana Júlia Pedreira, João Paulo Cunha de Menezes e Samuel Molina Schnorr

Capítulo 5

O curso de licenciatura em ciências naturais da Universidade de Brasília: conquistas e desafios da formação de um profissional interdisciplinar 73

Jeane Cristina Gomes Rotta, André Vitor Fernandes dos Santos e Delano Moody Simões da Silva

Capítulo 6

Os 25 anos da licenciatura em língua e literatura japonesa na Universidade de Brasília 91

Kimiko Uchigasaki Pinheiro, Yuko Takano e Yûki Mukai

Capítulo 7

Formação de educadores(as) do campo em alternância na Universidade de Brasília 103

João Batista Pereira de Queiroz e Felipe Canova Gonçalves

Capítulo 8

Experiências e experimentações no Pibid Português 2020-2022 117

Adriana de Fatima Alexandrino Lima Barbosa, Geovanna Helen Ribeiro Melo e Maria Rosália da Silva Rodrigues

Capítulo 9

O programa de residência pedagógica 2020/2022 na Universidade de Brasília: aspectos gerais sob o olhar da coordenação 133

Ana Júlia Pedreira

Capítulo 10

Ensino por investigação na formação inicial de professores de ciências: a experiência do Programa de Residência Pedagógica na Universidade de Brasília 145

Amanda Marina Andrade Medeiros e André Vitor Fernandes dos Santos

Capítulo 11

Ações e perspectivas para as licenciaturas na Universidade de Brasília: uma entrevista com a reitora Márcia Abrahão 163

Eloisa Pilati

Capítulo 12

Considerações finais 167

Eloisa Pilati e Marcelo Cigales

Sobre a autoria desta coletânea 169

As licenciaturas na UnB: historicidade e a perspectiva da práxis na formação de professores

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva
Shirleide Pereira da Silva Cruz

Introdução

Este texto¹ destaca a primeira etapa da pesquisa, que versa sobre perspectivas epistemológicas da formação de professores tendo como objetivo discutir como os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das licenciaturas da Universidade de Brasília (UnB) apontam elementos de uma concepção epistemológica em torno da formação de professores.

A atuação na oferta de cursos de licenciatura pela UnB tem abrangência institucional e destina-se à formação de docentes com perfil para atuação na educação básica e superior e para atuação nos níveis e modalidades de ensino da educação profissional, nos termos dos artigos 36-A a 36-D e 39 a 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96. Como essa oferta está organizada? Quais cursos existem? Quais concepções de formação de professores permearam e ainda permeiam a sua constituição? Como se deu sua institucionalização? Institucionalização essa no sentido como Machado (2019, p. 202) aponta ao citar Meyer & Rowan (1977), um “[...] processo mediante o qual atribuições e ações conquistam consideração, distinção e importância [...]”. Ou seja, um processo que

¹ As informações aqui dispostas foram encontradas em documentos cedidos pela professora Maria Helena Carneiro, professora aposentada da Faculdade de Educação, que compôs a comissão do Grupo Permanente de Acompanhamento das Licenciaturas da UnB (GPAL) e do Núcleo de Estudos e Acompanhamento das Licenciaturas (Neal). Tais documentos estão digitalizados na Faculdade de Educação e encontram-se na sala do Grupo de estudo e pesquisa sobre formação de professores/pedagogos (GEPFAPE).

deu lugar institucional e ordena, de modo a “[...] atribuir-lhe estrutura decisória, conferir-lhe dotação orçamentária, mantê-la em funcionamento regular cuidando para que suas práticas se consolidem” (Machado, 2019, p. 201).

De posse desses e de outros questionamentos, neste primeiro movimento nos direcionamos para a historicidade das licenciaturas da UnB que, no ano de 2022, completou 60 anos de sua profícua existência. Consideramos, portanto, que a historicidade desvela a natureza social e histórica de um fenômeno educacional, tal como nos indica Gamboa (2018), e que, no caso particular do percurso de criação, desenvolvimento e institucionalização das licenciaturas, aponta para a compreensão da dinâmica de concepções sobre a educação, a escola e a docência e suas múltiplas relações com diferentes projetos de sociedade em disputas.

Para realizarmos esse objetivo tivemos como principais fontes de dados documentos que foram guardados por uma professora aposentada da Faculdade de Educação, quando de sua participação em ações orgânicas de institucionalização das licenciaturas na UnB. Esta gentilmente os cedeu ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos (GEPFAPE), sediado na mesma faculdade, considerando que o grupo, por ter como objeto de estudo a formação de professores, poderia dar sistematização e visibilidade à sua própria memória profissional e institucional de um movimento que considerou importante sobre as licenciaturas na universidade. Essa tem sido uma prática comum na constituição de acervos e memórias no campo da educação: sujeitos que se tornam guardiões de objetos, fotos, documentos de momentos particulares que se entrelaçam com as histórias sociais mais amplas e, para Thompson (1981), não tem caráter cumulativo, mas essencialmente qualitativo, na medida em que nas experiências do e no trabalho os sujeitos constroem sua consciência social e cultural.

Além dessa documentação, que era composta por ofícios internos da UnB, relatórios de comissões ligadas à oferta das licenciaturas, leis e decretos de âmbito nacional sobre a formação de professores, também levantamos informações nos sítios institucionais do Decanato de Ensino de Graduação (DEG), capítulos de livros produzidos com o apoio desse mesmo decanato sobre as licenciaturas e, principalmente, como dito anteriormente, os PPCs de licenciaturas atuais ou com versões anteriores. Destacamos deste último documento que algumas licenciaturas, ao elaborarem seus PPCs, optaram por não discorrerem sobre um registro histórico da etapa inicial de criação dos seus respectivos cursos, o que, a nosso ver, limita a compressão e o autoconhecimento da identidade do curso que se quer constituir considerando o potencial da historicidade em fornecer elementos críticos num movimento diacrônico de se sistematizar o passado para melhor definir linhas de atuação do presente e para o futuro.

Dito isso, apresenta-se, assim, o percurso histórico das licenciaturas na universidade, destacando a necessidade da constituição de um projeto orgânico na oferta das licenciaturas e um projeto institucional para a formação de professores da UnB. O texto está organizado em quatro partes que seguem esta introdução. Na primeira parte, trazemos a constituição e a ampliação das licenciaturas na UnB. Na segunda parte, a organicidade das licenciaturas

no DEG a partir de uma coordenação específica, que em 2021 alcançou o *status* de Diretoria de Planejamento e Acompanhamento Pedagógico das Licenciaturas (Dapli). Em seguida, apresentamos a busca pela organicidade de um projeto institucional de licenciatura, que defendemos a partir da referencialidade da práxis e, por fim, são tecidas as considerações finais.

As licenciaturas na Universidade de Brasília: 60 anos de resistência

Dois anos após a construção de Brasília, em 21 de abril de 1962, a UnB inaugurou-se com 413 alunos em cursos de graduação e pós-graduação, divididos entre três cursos-tronco – Arquitetura e Urbanismo, Letras Brasileiras e Direito, Administração e Economia –, em que os alunos cursavam um núcleo comum de disciplinas antes de seguir para outros institutos e faculdades com a formação em bacharelado, que lhe concederia a “aptidão” para poder ingressar na Faculdade de Educação indicando-se, inclusive, qual licenciatura corresponderia a essa formação de base. Como exemplo, temos a formação no Instituto de Geociências que, além de conceder o bacharelado em Geologia, Engenharia de Petróleo, entre outras, indicava a formação de professor de ensino em Geografia.

Assim, a universidade havia sido concebida como um novo modelo de educação superior no Brasil, em oposição ao modelo tradicional consolidado na década de 1930, que no registro indicado no plano diretor permitiria a clara distinção entre atividades de preparação científica e treinamento profissional, além de considerar que a formação geral de base promoveria a integração social e cultural dos estudantes. No Brasil, como se sabe, as licenciaturas foram criadas nas antigas faculdades de Filosofia, nos anos 1930, principalmente como consequência da preocupação com a regulamentação do preparo de docentes para a escola secundária. Na UnB as licenciaturas fazem parte dessa história de luta pela formação de uma universidade que fosse inovadora na ciência e sempre ligada a um projeto educativo que buscasse a liberdade do povo brasileiro. Seus cursos pioneiros de licenciatura foram Pedagogia Magistério 2º Grau, Pedagogia Magistério para Início da Escolarização, Pedagogia Magistério Educação Especial, Educação Artística, História e Geografia.

Segundo o Plano Diretor (PD/UnB) elaborado para sua inauguração, a Faculdade de Educação atendia estudantes que, após os estudos nos institutos centrais, optavam pela formação profissional docente e se licenciaram decorridos dois a três anos de formação na denominada “escolas de professores”. Como dito acima, a cada apresentação do percurso formativo nos seus diferentes institutos eram indicadas as licenciaturas, que em alguns PPCs registravam-se como “habilitações”, parecendo apontar a força do modelo tecnicista que fora implantado nos anos seguintes pelo governo militar que assumiu essa nomenclatura para diferentes cursos de formação de professores no período, não rompendo com o então denominado “esquema 3 + 1”, resquício da concepção também difundida fortemente no início de criação da universidade que definia um tempo de preparação de três anos de curso de bacharelado e um ano de formação no curso de didática. Assim, mesmo com a mudança de termo, esse modelo não se rompe.

Destacamos, ainda entre os cursos/habilitações existentes, a licenciatura em Letras Brasileiras. Inicialmente, foram oferecidos os cursos de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Língua Francesa, com habilitação de bacharelado ou licenciatura, que só foram reconhecidos em 26 de setembro de 1972. Nesse período inicial, no PD/UnB (1962, p. 30) fora indicado que caso um estudante tivesse feito estudos graduados:

[...] na Casa de Língua e Cultura francesa, com Diploma da Universidade de Nancy [...] tendo seu curso reconhecido, poderá encaminhar-se para a Faculdade de Educação para, assim, [...] “licenciar-se como professor de nível médio de língua e literatura francesa”.

Denotando, portanto, que para cada área de conhecimento pareceu-nos haver um percurso histórico muito particular no que tange à formação de professores.

E desse período inicial de sua criação não se encontrou um registro de espaço integrador de gestão da ação da formação dos sujeitos no campo educacional, ainda que na proposta esteja vinculado o “Centro de Pesquisas e Planejamento Educacional”, do qual se depreende que a pesquisa é o objeto central sob o qual poderiam gravitar as diferentes áreas de formação de professores a serem desenvolvidas nas faculdades. Porém, ao mesmo tempo, desse certo silenciamento no documento podemos, portanto, inferir que a Faculdade de Educação guardava um papel central para esse fim de conjugar ações integradas para as licenciaturas, enquanto espaço propositor e formador no campo, sem a necessidade da existência de um órgão correlato no âmbito da administração central.

Com a tomada de poder pelos militares em 1964, a UnB se tornou um palco de conflitos entre os estudantes e a polícia, que culminou com a invasão do *campus* por parte do Exército, das polícias militar e civil e do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), em 1968. Estudantes foram presos acusados de participação em atividades consideradas “subversivas” pelo governo militar e a Universidade ficou sob a tutela dos militares. A matriz formativa defendida de modo eloquente pelos idealizadores do plano diretor fora então sufocada pelo modelo posteriormente imposto pela reforma universitária do governo militar segmentando a formação nos denominados “ciclos básicos” com pouca integração curricular entre as áreas e a formação profissional especializada e atestada, como dito acima, pela lógica de “habilitações profissionais” e um sentido de pesquisa aplicada. As licenciaturas, desta forma, não ficaram à parte dessa concepção.

Do ponto de vista social mais amplo e de sua relação com o cotidiano, o início da década de 1970 marcaria um período menos conturbado na história da universidade, com postura menos confrontadora por parte da administração, ainda que aliada aos militares. Os conflitos só voltariam à tona em 1976, quando estudantes protestaram contra a falta de professores e a precariedade das instalações, entre outras questões. Foi criada uma comissão no Senado Federal para investigar as reclamações e interferir nos conflitos. A polícia voltou a ser acionada, a Universidade foi ocupada pela repressão militar e estudantes e professores foram presos.

No período de redemocratização na década de 1980, a UnB teve o seu primeiro reitor eleito pela comunidade universitária. Foi o senador Cristovam Buarque (Partido Democrático Trabalhista do Distrito Federal), que assumiu o cargo em julho de 1985. Encerrado o período militar, a Universidade teve que encarar novos desafios. Em 1989 foi inaugurado o primeiro curso noturno, atendendo à demanda dos estudantes que precisavam trabalhar durante o dia, e só dispunham da noite para estudar. Para cada uma das licenciaturas, a oferta noturna foi constituída gradativamente com datas diferenciadas entre elas.

Nas décadas posteriores, portanto, a UnB se tornou palco para diversas transformações no ensino superior público. Algumas das mais relevantes foram o Programa de Avaliação Seriada, alternativa ao vestibular tradicional e a adoção do programa de cotas para afro-descendentes, que reserva 20% das vagas do vestibular para os estudantes que se declaram negros ou pardos. O programa de cotas também contempla a comunidade indígena e a questão social e foi ampliado conforme a criação dos novos quatro *campi* que compõem atualmente a Universidade, sendo estes em Brasília (*campus* Darcy Ribeiro), em Planaltina (Faculdade UnB Planaltina), no Gama (Faculdade UnB Gama) e em Ceilândia (Faculdade UnB Ceilândia). E nesse percurso mais geral cada uma das licenciaturas protagonizou, por meio de seus docentes, mudanças também no seio de seus próprios cursos; algumas delas poderiam ser melhor detalhadas em seus PPCs, bem como mencionamos inicialmente, para o melhor delineamento de sua historicidade.

Acompanhando, portanto, todo o processo de redemocratização e o debate nacional sobre a educação, a maior expansão de licenciaturas acontece a partir de 1993, quando passa a existir ofertas de cursos de licenciatura noturnos, como: Matemática, Física, Química, Ciências Biológicas, Língua Portuguesa, Educação Artística e Pedagogia os que foram implantados inicialmente nesse turno.

Passados mais de 30 anos podemos observar através do *site* do Decanato de Graduação (em janeiro de 2023) que a UnB oferece 24 cursos de licenciaturas: Artes Cênicas, Artes Visuais, Música, Ciências Biológicas, Ciências Naturais, Computação, Sociologia, Educação do Campo, Educação Física, Matemática, Filosofia, Física, História, Geografia, Pedagogia, Psicologia, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Língua Francesa, Língua Japonesa, Língua Portuguesa, Língua Portuguesa como Segunda Língua, Língua de Sinais Brasileira/Português como Segunda Língua e Química. No total, são 41 habilitações em licenciaturas, sendo 33 cursos presenciais e oito cursos a distância, vinculados ao Programa Universidade Aberta do Brasil (Ministério da Educação e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), com polos no Centro Oeste, Norte, Sudeste e no Sul.

A institucionalização das licenciaturas no Brasil e na UnB é mediada pelos aspectos políticos, econômicos e sociais. Sua origem está associada à regulação da atividade docente no direito à educação e o papel do Estado e à exigência da licença para exercer a docência, os quais constituem marcos na política de formação de professores. Do mesmo modo, as alterações ocorridas no cenário universitário na década de 1960 proporcionaram a desvinculação das licenciaturas até então reunidas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras,

sendo substituídas pela organização segmentada por meio da criação dos departamentos específicos para cada área de conhecimento, que iriam ofertar as suas respectivas licenciaturas. Essa reconfiguração universitária não caracterizou apenas uma resposta política diante da demanda da sociedade pela expansão de vagas e pela democratização do ensino superior, mas sobretudo um ajustamento do capital daquele momento histórico.

Recentemente, por meio de um processo iniciado pelas políticas de reforma do Estado implementadas a partir dos anos de 1990, que foram caracterizadas por diferentes frentes de ação para o ensino superior de modo geral e, de modo particular, para a formação de professores, vemos que as licenciaturas se inserem no contexto de expansão do ensino a distância, da atuação de fundações privadas, das formas de vigilância e controle mercantis no interior das Instituições de Ensino Superior públicas, bem como no atrelamento das atividades mantidas pelo Estado com o capital privado, o que exige das universidades públicas um projeto orgânico e institucional da formação de professores, de forma a explicitar a função da escola e do professor num projeto societário emancipador.

Nesse sentido, apresentamos a seguir um dos elementos institucionais necessários para a construção da integração e a valorização das licenciaturas: o espaço institucional, tal como nos norteamos em Machado (2019), enquanto processo de institucionalização, como lócus do pensar e agir em prol da unicidade na formação de professores na sua diversidade disciplinar.

Processos de valorização e integração das licenciaturas: Dapli

Em ato da Reitoria nº 484/86, de 30 de outubro de 1986, foi criado o Núcleo de Estudos e Acompanhamento das Licenciaturas (Neal), que tinha como objetivo promover um espaço de intercâmbio e ação conjunta dos 24² cursos de licenciatura da Universidade de Brasília. Embora, posteriormente, o Neal cumpra outros objetivos, notamos que desde a expansão das licenciaturas, especificamente para cursos noturnos, existe uma preocupação com a articulação entre as diferentes formações para professores.

Junto a esse movimento, a partir de 1989, nas universidades, houve a criação de fóruns como espaços coletivos de discussão das licenciaturas. Segundo Romanowski, Gisi e Martins (2008, p. 125), “Em levantamento, realizado em 1999, durante o I Encontro Nacional de Fóruns de Licenciaturas, foram encontrados oito fóruns institucionalizados e quatro similares, criados na década de 1990”. O Fórum da UnB está com atividades desde 2008 e realizou 15 encontros com temáticas diversas. O Fórum de Licenciatura constitui-se como um importante espaço de discussões das demandas, das possibilidades e dos desafios da instituição no

² Física, Matemática, Química, Informática, Ciências Biológicas, Psicologia, Ciências Sociais, Filosofia, História, Geografia, Letras-Português, Letras-Francês, Letras-Inglês, Letras-Português do Brasil como 2ª Língua, Letras-Espanhol, Letras-Japoneses, Artes-Cênicas, Artes Plásticas, Música, Educação Física, Enfermagem, Pedagogia – Magistério 2º Grau, Pedagogia Magistério para início da escolarização, Pedagogia Magistério Educação Especial.

âmbito da formação de professores e dos dilemas da educação básica, diante das peculiaridades de cada uma de suas unidades acadêmicas e da complexidade dos diferentes contextos político-econômicos e sociais que se apresentam, em âmbito nacional, regional e municipal.

Posteriormente, conforme relata Montandon (2011), duas comissões representam as discussões fundamentais ligadas à formação de professores na UnB nas décadas de 1990 e 2000. A primeira foi denominada “Grupo Permanente de Acompanhamento das Licenciaturas (GPAL)”, criada por meio da Resolução nº 80/1993, assinada pelo então reitor da UnB, professor Antônio Ibañez Ruiz, no contexto da implantação dos cursos de licenciatura noturnos, em 1993.

O GPAL estava subordinado ao DEG, sendo caracterizado como um grupo interdisciplinar com representação das diferentes licenciaturas da UnB e projetos de formação continuada. Tinha como objetivo a criação de um Projeto Acadêmico Orgânico dos Cursos Noturnos de Licenciatura. De fato, o GPAL elaborou o Projeto Acadêmico Orgânico dos Cursos Noturnos de Licenciatura, em 1997, e as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura, em 1998.

Destaca-se na atuação do GPAL três elementos, sendo o primeiro a construção do que denominam de “organicidade” na oferta das licenciaturas do noturno, sendo ampliada a discussão em 1998 para a construção das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura, baseada em questionário aplicados aos alunos das licenciaturas do diurno e noturno. Tais projetos visavam uma organicidade entre as licenciaturas, reverberada nos seus projetos, currículos e ações. Elegeu-se como princípio norteador dos cursos de licenciatura a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, respeitando diferentes recortes epistemológicos, mas ressaltando os aspectos intersubjetivos da educação.

A organicidade também seria articulada pela concepção de formação docente, como profissional do magistério, em que ocorreria a convergência de três grandes vertentes disciplinares: a psicológica, a pedagógica e a específica, rompendo com uma formação fragmentada somado às disciplinas pedagógicas: 3 + 1. O que para Saviani (2009) é denominado “modelo científico-cultural da formação de professores”, dando ênfase mais aos conhecimentos das áreas ditas específicas, em detrimento dos conhecimentos didático-pedagógicos. Portanto, o debate nesse período pareceu se contrapor a essa visão segmentada e se posicionar por uma modelo formativo mais integrador. Assim, propõe-se no documento para a efetivação da proposta um currículo com corresponsabilidade dos institutos e faculdades (DCCL, junho de 1998).

Como segundo elemento de ação do GPAL foi identificado que este também tinha como função a realização de seminários sobre a formação de professores na UnB. Consta nos documentos analisados o I Seminário de Formação de Professores (maio/1998). Já o terceiro objetivo foi o de assessoramento/acompanhamento dos cursos para a elaboração dos projetos acadêmicos de formação de graduação, conforme a legislação do Conselho Nacional de Educação (CNE)/CP 01 e 02/2002.

O GPAL deixou de existir em dezembro de 2000, com a reativação do Neal como núcleo do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam),³ em maio de 2001. Montandon (2011) destaca a ação de retomada do nome do Neal, criado pelo DEG em 2002, por conta da legislação então promulgada para as licenciaturas do país – resoluções do CNE nº 1 e 2, de 2002. Cabia ao Neal analisar os documentos produzidos pelo GPAL à luz dessas referências legais, visando à elaboração de diretrizes que, internamente, orientassem as reformas curriculares das licenciaturas da UnB. De fato, em 2003, o Neal elaborou as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura da UnB, em consonância com as novas balizas legais da época e realizou o II Seminário de Formação de Professores em 2005, além de abrigar projetos de formação continuada de professores.

Nesse movimento que teve como pano de fundo um processo de valorização da formação de professores e em consonância com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) – instituído por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e aprovado pela UnB em 2008 –, o “[...] DEG propôs um espaço administrativo para os cursos de formação de professores vinculado ao próprio decanato, criando a Coordenação de Integração das Licenciaturas (CIL)” (Montandon, 2011, p. 31). Porém, foi só em 15 de outubro de 2014, data referente ao dia do professor, que tal coordenação se materializou num espaço físico próprio na instituição para abrigar esse fundamental espaço administrativo anteriormente idealizado. Assim, por meio do ato do DEG nº 14/2008, nasce a CIL, referenciada na historicidade da formação de professores na UnB e com a missão de promover a integração dos cursos de licenciatura da UnB, bem como coordenar ações e projetos com vistas à melhoria dos cursos de licenciatura, fazendo com que as ações de formação inicial voltassem a ter articulação específica no DEG.

Questões como a fragilidade da formação do professor, a desarticulação institucional entre os setores responsáveis pela formação de conteúdos específicos e formação pedagógica, o distanciamento entre universidade e escola básica e a decorrente desarticulação entre teoria e prática perpassam as discussões na Coordenação, que agrega também diferentes projetos de formação inicial, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e o Programa de Residência Pedagógica (PRP), que foram sendo implantados desde 2009 com a participação da CIL e de representantes dos cursos de licenciaturas nos seus respectivos editais.

Em 2021, temos mais avanços no campo institucional da UnB para a formação de professores por meio do Ato da Reitoria nº 06/2021, que criou a Dapli, responsável pela promoção de ações no âmbito dos cursos de licenciatura da UnB. Assim, as ações de integração entre as licenciaturas e também com a educação básica ganham força de uma diretoria que expressa os seguintes elementos norteadores, no site da Dapli: *promoção da integração entre as licenciaturas na UnB; intensificação e institucionalização do diálogo entre a UnB e a sociedade; fomento constante para progressão da qualidade de formação inicial e continuada de professores, por meio de ações inovadoras e de excelência acadêmica.*

³ O Ceam foi criado em 1986 com o objetivo de ser um órgão de apoio à criação e direção dos núcleos temáticos multidisciplinares.

A Diretoria passa a contar com duas coordenações e duas comissões permanentes compostas por professores das licenciaturas e por uma equipe técnica especializada em educação. As coordenações que compõem a Dapli são a Coordenação de Integração das Licenciaturas (CIL) e a Coordenação de Acompanhamento de Projetos Especiais das Licenciaturas (CPLlic). As comissões são compostas por professores indicados pelas unidades acadêmicas e são denominadas “Comissão Permanente das Licenciaturas” e “Comissão de Estágio das Licenciaturas”.

É inegável a importância da existência de um espaço institucional para debate, apoio e indicação de propostas para o desenvolvimento dos cursos de licenciatura e a integração com a educação básica. Percebemos que esse movimento na UnB perpassou momentos políticos diferentes, entretanto, avalia-se um esforço para ações articuladas e orgânicas em torno da formação de professores, agora com uma diretoria ligada ao DEG, expressando a importância da licenciatura que abrange, atualmente, 25% dos estudantes da UnB.

Entendemos que a Dapli/CIL representa uma proposta discutida durante um longo período de debates na UnB na formação de professores e que cada vez é mais urgente a adoção de princípios fundamentais para a realização da integração orgânica entre as licenciaturas, tais como: a) a mobilização permanente da universidade para o estabelecimento de uma política institucional de formação de professores; b) o trabalho docente, a gestão, a política e o cotidiano escolar nas instituições educacionais da educação básica devem constituir objetos privilegiados nos projetos de curso; c) a formação deve ter a escola pública como foco do processo; d) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e) a formação de professores sendo desenvolvida ao longo de todo o curso; g) a escola como campo do estágio em atividades coletivas e por meio de projetos interdisciplinares.

A organicidade de um projeto institucional de licenciatura na referencialidade da práxis

Na história da formação inicial de professores no Brasil e na UnB, a dinâmica curricular dos cursos de formação de professores exigiu reformulações que buscaram, em diferentes momentos, aprimorar a formação e/ou atender as necessidades sociais/econômicas em consonância com as orientações das diferentes legislações.

A UnB, na perspectiva de discutir, propor, dinamizar e planejar a formação de professores esteve atenta e com movimentos diversificados, entre pesquisa-ensino-extensão e na construção de um espaço institucional representativo das licenciaturas. Desde a origem das licenciaturas na UnB, na década de 1960, apresenta-se a responsabilidade de formar professores comprometidos com a função da educação, no viés da democratização, do acesso e de uma formação que instaura o diálogo com as redes públicas de ensino da região. Convênios, assessorias, acompanhamento pedagógico e suportes de toda ordem foram desenvolvidos. A instituição procurou estar atenta, tanto com relação às demandas das redes quanto com os editais de fomento do Ministério da Educação (MEC).

Entre os objetivos desenvolvidos na UnB, e hoje representados pela Dapli, está, portanto: a) consolidar o trabalho de inserção e articulação com as redes públicas de ensino da região de atuação da UnB, colaborando com o desenvolvimento da educação pública de qualidade como direito de todos e de todas; b) fortalecer os cursos de licenciaturas da UnB consolidando o campo da formação docente; c) estimular e consolidar a articulação entre a formação inicial nos cursos de licenciaturas, a formação continuada e os programas de pós-graduação, de modo a fortalecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e d) subsidiar a construção, a reformulação e a gestão dos projetos pedagógicos dos cursos de formação inicial e continuada de professores da educação básica.

Entendemos que um dos grandes desafios continua a ser a discussão em torno de um projeto institucional de formação de professores da UnB, que consolide na diversidade teórica, prática e epistemológica princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação em licenciatura de docentes para a educação básica da UnB.

A proposta de um Projeto Pedagógico Institucional para Formação, Inicial e Continuada, de Professoras/es e demais Profissionais da Educação Básica perpassa a premissa de propor princípios, objetivos e diretrizes para orientar a organização e o funcionamento da formação acadêmico-profissional, inicial e continuada, de professoras(es) e demais profissionais da educação básica, a fim de: a) consolidar o projeto de inserção e articulação com a comunidade, contribuindo para a solidificação da educação, destacadamente pública, de qualidade; b) contribuir para a construção da identidade dos cursos de licenciatura respeitadas as especificidades e as áreas do conhecimento; c) qualificar a formação de professoras(es) e demais profissionais da educação básica no âmbito dos cursos de licenciatura por meio da articulação dos domínios curriculares e da integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão; d) articular as atividades de formação dos cursos de licenciatura com a educação básica pública e outros espaços educativos escolares e não escolares; e) promover condições institucionais e incentivar a formação continuada de egressas(os) e de professoras(es) formadas(os) em outras instituições por meio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, entre outros elementos. Portanto, o significado não é de uma unidade pragmática ou padronizada de projetos curtos, mas da construção referenciada de formação de professores, visando uma educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva, de qualidade socialmente referenciada e de gestão pública.

Nesse sentido, diz respeito à construção de um projeto formativo dos cursos em sintonia com o projeto formativo institucional, dotado de identidade própria e articulado com o contexto educacional, em suas dimensões históricas, sociais, culturais, econômicas científicas e tecnológicas, cujo percurso formativo das licenciaturas envolve a dinâmica da docência, para além das específicas ou pedagógicas, mas deve voltar-se para a construção do trabalho docente autônomo, propositivo, solidário e sensível às causas sociais identificadas com a construção de uma sociedade socialmente justa, democrática e inclusiva.

Para fins de um projeto institucional, a educação necessita ser contextualizada, sistemática e sustentável, a partir de processos pedagógicos entre docentes e discentes articulados nas áreas de conhecimento específicos e pedagógicos, nas políticas, na gestão, para o aprendizado nos diferentes níveis, etapas e modalidades de educação básica; assim pensamos que perspectiva da práxis pode nos fundamentar.

Entendemos a práxis como uma atividade consciente, que emerge da prática social, em que o sujeito é transformado constantemente de acordo com a possibilidade de vivência em que está engajado e que ele faz, mas que o faz também. Encontramos o sentido eminentemente político da pedagogia da práxis, entre os sujeitos que se engajam e se comprometem com a transformação social. Assim, a práxis é a compreensão individual e coletiva de uma prática que procura não esconder o conflito, a contradição, mas ao contrário, afronta-os, transforma e permite avanços no educar e ser (Silva, 2019).

Para tanto, apresentamos alguns princípios que poderiam ser o início de um debate para a construção do projeto institucional de formação de professores, esperando que tal debate nos provoque a transformar a área sempre na perspectiva de liberdade emancipadora: a) o trabalho docente como elemento articulador da formação; b) a docência como atividade profissional intencional e metódica; c) o professor como produtor de conhecimento; d) o currículo como produto e como processo histórico e cultural; e) o conhecimento como práxis social; f) a gestão democrática como orientação da gestão escolar, da sala de aula e dos coletivos; g) a formação integral e a processualidade dialógica; h) a integração formativa entre disciplinas específicas e pedagógicas; i) a articulação com a educação básica e outros espaços educativos escolares e não escolares; e j) a educação em e para os direitos humanos como um direito basilar da inclusão e diversidade de classe, gênero e raça/etnia.

Considerações finais

Com o objetivo de, a partir da historicidade das licenciaturas, refletir sobre a institucionalização da formação de professores na UnB, o texto procurou sistematizar fragmentos desse percurso que nos parecem ainda um tanto dispersos, mas que ao mesmo tempo apontam para indicadores de permanências de princípios e processos de consolidação da formação docente no espaço universitário. Espaço esse que ainda é um campo de disputas sobre o reconhecimento da educação como campo científico. Nos marcos históricos da UnB, vemos perspectivas relevantes para uma ação integradora de corresponsabilidade entre os institutos e faculdades, com destaque para a Faculdade de Educação, ainda que percebamos movimentos de idas e vindas desse processo quando se analisa os diferentes PPCs das licenciaturas. Sobre os PPCs, ainda problematizamos a relevância de se constituírem registros historiográficos quanto às especificidades de cada um dos cursos, pois além de apresentarmos diferentes pontos de vistas que marcam a própria história da profissão docente internamente podemos abrir possibilidades analíticas do que nos une

enquanto docentes trabalhadores que atuam em diferentes áreas, níveis e modalidades e os estruturantes de nossa profissionalidade.

Destacamos ainda que o projeto da oferta das licenciaturas na UnB, desde a sua criação, guardou significativa relação com a educação básica, ainda que tenha sido interrompido pelos governos militares e pela segmentação da formação. Identificamos que desde o período de redemocratização até os processos mais recentes de contraposições das políticas reformistas, que tendem a minimizar o papel da formação e valorização docente, a UnB foi constituindo espaços institucionais de debate e integração entre as licenciaturas, que foram sendo experienciados e elaborados, ganhando espaço físico-conceitual na estrutura de organização da universidade. Assim, do cuidado com a guarda dos documentos, que nossa colega professora generosamente nos disponibilizou e que proporcionaram acesso aos vestígios dos primeiros grupos de trabalho e núcleos de estudos integrados para as licenciaturas da UnB, até o registro da implantação da Dapli, vemos que, não de modo evolutivo e causal, a história das licenciaturas e de sua institucionalização vem sendo construída como espaço de debate e de embates que podem ser consolidados e fortalecidos como ações de resistência quando cada vez mais for definido um projeto comum de formação de professores para um projeto de sociedade e de educação emancipatória.

Referências

BRASIL. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 07 maio 2024.

BRASIL. *Resolução nº 1, de 18 de fevereiro de 2002*. Institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. *Resolução nº 2, de 19 de fevereiro de 2002*. Institui a duração e a carga horária de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores de educação básica em nível superior. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. *Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006*. Institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Pedagogia licenciatura. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. *Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015*. Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. *Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da educação básica (BNC-Formação). Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 30 dez. 2019.

CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. *Professor polivalente: profissionalidade docente em análise*. Curitiba: Appris, 2017.

CURADO SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro. Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítico emancipadora. *Revista Ciências Humanas*, Frederico Westphalen, RS, v. 18, n. 2, 2017. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/2468>. Acesso em: 28 dez. 2018.

GAMBOA, Silvio Sánchez. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. 3. ed. Chapecó: Argos, 2018.

MONTANDON, Maria Isabel. Desafios e perspectivas para a formação de professores da UnB: a experiência da Coordenação de Integração das Licenciaturas. In: FERNANDES, Maria Lúcia (org.). *Trajetória das licenciaturas da UnB: a experiência do Prodocência em foco*. Brasília: Universidade de Brasília – Decanato de Graduação, 2011, v. 1, p. 45-54.

NAVES, Rozana Reigota; ROTTA, Jeane Cristina Gomes (org.). *Trajetórias das licenciaturas da UnB: a pesquisa na e sobre a docência*. Brasília: Editora UnB, 2020.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; GISI, Maria Lourdes; MARTINS, Pura Lúcia Oliver. Fóruns de licenciatura: que contribuições para a formação de professores? *Revista Diálogo Educacional*, v. 8, n. 23, p. 121-135, 2008. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3991/3907>. Acesso em: 19 abr. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Plano Orientador da Universidade de Brasília*. Editora UnB, Brasília, 1962.

Sobre a autoria desta coletânea

Amanda Marina Andrade Medeiros – Doutora em Educação pela Universidade de Brasília. É professora da UnB, onde coordena o Programa Residência Pedagógica de Ciências Naturais (2020-2022).

Amurabi Oliveira – Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Livre Docente pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do CNPq. Membro afiliado da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Global Young Academy (GYA).

Ana Júlia Pedreira – Doutora em Educação pela Universidade de Brasília. É professora da UnB, onde atuou como coordenadora institucional do Programa de Residência Pedagógica (2020-2022) e atua como Coordenadora do Projeto Residência Pedagógica Ciências Biológicas (2022-2024).

André Vitor Fernandes dos Santos – Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professor da Universidade de Brasília, onde atua na licenciatura em Ciências Naturais e coordena o Programa Residência Pedagógica de Ciências Naturais (2020-2024).

Adriana de Fatima Alexandrino Lima Barbosa – Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora da Universidade de Brasília, onde atuou como coordenadora do Subprojeto Letras do Pibid (2020-2022).

Delano Moody Simões da Silva – Doutor em Ecologia pela Universidade de Brasília. É professor da mesma Universidade, onde atua com a formação de professores de Ciências.

Eloisa Pilati – Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília. É professora da UnB, onde atua como Diretora de Planejamento e Acompanhamento das Licenciaturas.

Felipe Canova Gonçalves – Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília. Professor da UnB, atua na Licenciatura em Educação do Campo – Habilitação Linguagens, Artes e Literatura (Planaltina).

Geovanna Helen Ribeiro Melo – Graduada em Letras pela Universidade de Brasília. Foi bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência no subprojeto Letras na edição de 2020-2022.

Jeane Cristina Gomes Rotta – Doutora em Química pela Universidade de São Paulo. É professora da Universidade de Brasília, onde atua como professora do curso de Licenciatura em Ciências Naturais (Planaltina).

João Batista Pereira de Queiroz – É doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. É professor da Universidade de Brasília, onde atua na Licenciatura em Educação do Campo (Planaltina).

João Paulo Cunha de Menezes – Doutor em Ciências pela Universidade Federal de Lavras. É professor da Universidade de Brasília, onde atua na licenciatura em Ciências Biológicas.

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva – Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás. É professora da Universidade de Brasília, onde atuou como Coordenadora Institucional do Programa de Residência Pedagógica (PRP). Pesquisadora do CNPq.

Kimiko Uchigasaki Pinheiro – Doutora em Literatura pela Universidade de Brasília. É professora da Universidade de Brasília, onde atua no curso de Licenciatura em Letras/Japonês.

Marcelo Cigales – Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da Universidade de Brasília, onde atua como Coordenador do Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez.

Maria Rosália da Silva Rodrigues – É licencianda em Letras Português e sua respectiva Literatura pela Universidade de Brasília. Foi bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência no subprojeto Letras na edição de 2020-2022.

Samuel Molina Schnorr – Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade de Brasília, onde atua como coordenador do subprojeto Biologia do Pibid (2022-2024).

Shirleide Pereira da Silva Cruz – Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. É professora da Universidade de Brasília, onde atua como coordenadora do Projeto do Pibid/Pedagogia.

Yûki Mukai – Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. É professor da Universidade de Brasília, onde atua como coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (2021-2023).

Yuko Takano – Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo. É professora da Universidade de Brasília, onde atua na formação de professores de Licenciatura em Língua e Literatura Japonesa.

A Editora UnB é filiada à



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

AS LICENCIATURAS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Avanços, desafios e perspectivas

O livro reúne um conjunto de textos que evidenciam aspectos políticos, acadêmicos, científicos e educacionais sobre a formação de professores (as) na Universidade de Brasília (UnB). Historicamente as licenciaturas se constituíram como um espaço de menor prestígio no campo acadêmico brasileiro, mas nas últimas décadas, a institucionalização das Diretrizes Curriculares Nacionais da Formação de Professores, a regulamentação dos estágios obrigatórios supervisionados e o investimento das políticas educacionais voltadas a formação inicial de professores acarretaram mudanças significativas na forma de conceber esses cursos no país. Como instituição pioneira, a UnB vem se redesenhando institucionalmente para valorizar e dar visibilidade aos cursos de formação docente, tendo criado em 2021 uma Diretoria de Planejamento e Acompanhamento das Licenciaturas, vinculada ao Decanato de Ensino de Graduação. Além de abordar os aspectos históricos da gestão educacional, responsável por integrar os 24 cursos de licenciatura e suas 41 habilitações, a obra destaca alguns projetos desenvolvidos junto ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa de Residência Pedagógica (PRP), assim como da trajetória das licenciaturas de Ciências Naturais, Letras/Japonês e Educação do Campo. A obra é um convite para refletirmos sobre diferentes ângulos, os avanços, os desafios e as perspectivas dos cursos de formação de professores na UnB.

EDITORA



UnB

